

ANEXO 4 – MINUTA TERMO CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE celebrado em de de , entre:

....., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº, com sede à, doravante denominada, neste ato representada pelo Gerente, Sr.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), empresa pública federal, regida pela lei nº 5.615/70, com sede no SGAN Q. 601, Módulo V, Brasília/DF, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número 33.683.111/0001-07, e neste ato representada pela Superintendente Sr. Ivo Torres.

Doravante, ambas se designam PARTES, conjuntamente.

CONSIDERANDO QUE as PARTES pretendem desenvolver uma verificação das especificações para equipamento proposto para o edital de licitação nºXXXXX, as PARTES resolvem firmar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 - DO OBJETO

1.1.AS PARTES comprometem-se a manter, sob estrita confidencialidade, toda e qualquer “Informação Confidencial” trocada entre si relativamente ao teste do roteador proposto, bem como toda e qualquer informação ou documento dela derivados, sem prejuízo de qualquer outra proteção assegurada às PARTES por normas de propriedade industrial ou intelectual.

1.1.1.Para fins do presente TERMO, a expressão “Informação Confidencial” significa toda e qualquer informação revelada, fornecida ou comunicada (seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos, desenhos, fotografias, gráficos, projetos, relatórios, estudos, documentos, mapas ou sob qualquer outra forma) pelas PARTES entre si, através de administradores, diretores, empregados, representantes, consultores ou contratados (em conjunto, doravante designados “REPRESENTANTES”), dentro do escopo do ao teste do roteador proposto.

1.1.2.Todas as anotações, análises, compilações, estudos e quaisquer outros documentos elaborados pelas PARTES ou por seus REPRESENTANTES com base nas informações descritas no item 1.1.1. acima serão também considerados **Informação Confidencial** para os fins do presente instrumento.

1.1.3.Toda e qualquer Informação Confidencial obtida a qualquer tempo pelas PARTES será mantida sob estrita confidencialidade pelas PARTES e seus REPRESENTANTES, nos termos e pelo prazo constantes deste instrumento.

1.1.4.A própria iniciativa deste trabalho em conjunto deve ser considerada de caráter confidencial, não devendo ser divulgada fora do âmbito das PARTES e de seus REPRESENTANTES, até que outra orientação seja acordada entre as PARTES.

- 1.1.5. Para todos os efeitos, a expressão "divulgar" e seus derivados adiante admitidos, como, por exemplo, "divulgadora" referem-se exclusivamente ao repasse de informações objeto de confidencialidade de um signatário a outro.

CLÁUSULA 2 - DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

- 2.1. As PARTES se comprometem a fazer com que todas as obrigações por elas assumidas em decorrência do presente ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE sejam respeitadas por seus REPRESENTANTES.
- 2.2. As obrigações das PARTES para fins de confidencialidade estendem-se a seus administradores, empregados, contratados, prepostos a qualquer título e comitentes.

CLÁUSULA 3 - DA REPRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- 3.1. As PARTES comprometem-se a fazer com que qualquer Informação Confidencial obtida de uma outra PARTE em virtude do [assunto em exame] somente seja copiada ou reproduzida por seus REPRESENTANTES, ou por quaisquer terceiros, dentro do âmbito das análises e estudos [do projeto em questão].

CLÁUSULA 4 - DA DEVOLUÇÃO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- 4.1. As PARTES obrigam-se a devolver e a fazer com que os seus REPRESENTANTES devolvam à PARTE divulgadora toda e qualquer Informação Confidencial recebida, quando escritas, e também as reproduzidas conforme o item 3.1., no prazo de 15 (quinze) dias a contar da solicitação de devolução pela PARTE divulgadora.

CLÁUSULA 5 - DA TITULARIDADE DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- 5.1. As PARTES reconhecem que toda Informação Confidencial recebida, obtida ou elaborada em consonância com este instrumento pertence, exclusivamente, à PARTE geradora e divulgadora desta Informação Confidencial.

CLÁUSULA 6 - DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS

- 6.1. As PARTES não terão qualquer responsabilidade entre si ou perante os REPRESENTANTES de qualquer das PARTES, em virtude de qualquer decisão estratégica adotada por uma PARTE com base nas Informações Confidenciais recebidas por força deste instrumento.

CLÁUSULA 7 - DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da obrigação de confidencialidade aqui estabelecida acarretará a responsabilidade por perdas e danos, sem prejuízo da adoção pela PARTES de todas as medidas jurídicas aplicáveis ao caso, inclusive aquelas previstas no Decreto nº 1355/94 e na Lei 9.792, de 16 de maio de 1996.

CLÁUSULA 8 - DA EXCEÇÃO À CONFIDENCIALIDADE

- 8.1. Os termos e condições deste instrumento não se aplicam:

- (i) às informações que porventura foram comprovadas e legitimamente obtidas pelas PARTES antes da assinatura deste instrumento e não representam quebra de qualquer responsabilidade contratual anterior;
- (ii) se a PARTE divulgadora concordou previamente e por escrito, através de representante devidamente autorizado, em disponibilizar a terceiros determinada informação;
- (iii) em caso de decisão judicial que determine a disponibilização da informação, desde que a PARTE divulgadora seja notificada de tal decisão judicial previamente à disponibilização da informação, e seja requerido tratamento de confidencialidade à autoridade requerente;
- (iv) se a informação foi comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente das PARTES.

CLÁUSULA 9 - DA LEI APLICÁVEL E DO FORO JUDICIAL

9.1. O presente instrumento será regido de acordo com as leis da República Federativa do Brasil

9.2. Fica eleito o foro de Brasília/DF para dirimir quaisquer controvérsias em decorrência deste instrumento.

CLÁUSULA 10 – DAS COMUNICAÇÕES

10.1. Quaisquer comunicações ou notificações de uma PARTE à outra, relacionadas com este instrumento, serão consideradas como entregues se:

- (i) recebidas, pessoalmente, contra recibo;
- (ii) enviadas por carta registrada, com aviso de recebimento; ou
- (iii) transmitidas por fax se se verificar a confirmação por escrito ou por qualquer outro meio que assegure haver o destinatário recebido a comunicação ou a notificação.

10.2. As comunicações ou notificações serão dirigidas aos endereços abaixo indicados:

**AO SERPRO:
SGAN QD 601, Módulo V
Brasília - DF
Telefone: (61) 2105-8612
Fax: (61) 2105-8531
Att: Ivo Torres**

Xxxxxxxxx S/A:
Rua
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Telefone:
Fax:
At:

CLÁUSULA 11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Fica ajustado que a falha ou demora de qualquer das PARTES em exercer qualquer direito ou privilégio em virtude deste instrumento não importará na renúncia ao presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, assim como o exercício individual ou parcial de tal direito ou privilégio não importará na preclusão de qualquer outro direito ou privilégio, ainda que futuro, que for assegurado a qualquer das PARTES por força deste instrumento.

11.2.O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE obriga as PARTES e seus sucessores a qualquer título, e somente poderá ser alterado através de instrumento escrito assinado por todas as PARTES.

E, POR ESTAREM JUSTAS E ACORDADAS, AS PARTES ASSINAM O PRESENTE TERMO EM 2 (DUAS) VIAS, DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS ABAIXO SUBSCRITAS.

Brasília , de 2007.

SERPRO

XXXXXXXXX S/A

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS
